



SOBRE A ORIGEM DO MAL NA FILOSOFIA DE KANT

SILVÉRIO BECKER¹

Resumo: Este texto apresenta a concepção kantiana acerca da origem do mal, conforme ela aparece em *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Ele apresenta a teoria de Kant, segundo a qual o homem é, naturalmente, afetado por boas e más disposições e só se torna mau por sua própria escolha. O texto defende que, para Kant, o mal nunca é escolhido por si mesmo, mas é sempre um meio para a autossatisfação do agente.

Palavras-chave: Kant. Immanuel. Mal Radical. Amor de si.

On the Origin of Evil in Kant's Philosophy

Abstract: *This text presents the Kantian conception of the origin of evil, as it appears in Religion within the Boundaries of Mere Reason. It presents Kant's theory, according to which man is naturally affected by good and bad dispositions and only becomes evil by his own choice. The text argues that, for Kant, evil is never chosen by itself, but it is always a means for self-satisfaction of the agent.*

Keywords: Kant. Immanuel. Radical Evil. Self-love.

1. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - email: silveriobecker@yahoo.com.

Em *A Religião nos Limites da Simples Razão* [1793] Kant apresentou uma teoria na qual tentou explicar a origem do mal nos seres humanos. Nesse tratado, ele apresentou a ideia de que o homem é, naturalmente, afetado por boas e más disposições. Ali, o bem e o mal aparecem como dois diferentes princípios que, segundo Kant, subsistem por si na natureza humana e que influem na formação do caráter do homem.

Em sua teoria, Kant propôs que o ser humano é, naturalmente, organizado ou disposto para o bem, ou seja, existe em sua natureza “uma disposição em que absolutamente nada de mau se pode enxertar” (KANT, RGV, 6:27-6:28)². Contudo, ele defendeu também que, para que a liberdade seja possível, é preciso haver uma propensão ou disposição natural para o mal, isto é, o mal deve existir como algo possível no exercício do arbítrio. Assim, o mal, enquanto possibilidade, está ligado à humanidade de modo inseparável, de tal modo que esta propensão para o mal pode ser considerada uma inclinação para o mal que, embora seja algo contraído livremente pode ser entendido como um mal radical inato.

Ao analisar a origem do mal na natureza humana, Kant afirmou que “a derivação de um efeito da sua primeira causa, i.e., daquela que, por seu turno, não é efeito de outra causa da mesma espécie” (KANT, RGV, 6:39), pode ser considerada de dois modos distintos: como origem racional, ou como origem temporal. Quando considerada em sua origem de acordo com a razão, “tem-se em conta apenas a existência [inteligível] do efeito” (KANT; RGV, 6:39. Acréscimo ‘[I]’ meu) enquanto que, quando considerada em sua origem temporal “considera-se o acontecer do mesmo, por conseguinte, o efeito como ocorrência é referido à sua causa no tempo” (KANT, RGV, 6:39). Assim ao se considerar a origem temporal de uma ação, ela estará sempre ligada a um outro evento no mundo como sua causa natural. Quando, porém, um efeito é relacionado à uma causa a qual ele está ligado segundo leis da liberdade, como acontece no caso da característica moral de uma ação, a determinação do arbítrio que leva à sua produção é pensada como ligada ao seu princípio de determinação somente na representação da razão e, nessa perspectiva, não pode ser concebida como derivada de qualquer estado precedente. Por isso,

[...] demandar a origem temporal das ações livres como tais (como se fossem efeitos da natureza) é, pois, uma contradição; portanto, também o é buscar a origem temporal da qualidade moral do homem enquanto é considerada como contingente, pois esta significa o fundamento do uso da liberdade, fundamento que se deve procurar unicamente nas representações da razão (como o fundamento de determinação do livre arbítrio em geral) (KANT, RGV, 6:40).

2. RGV: *A Religião nos Limites da Simples Razão* [1793]. As citações usadas são de KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão* Trad. Artur Mourão. Lisboa: 1995. A paginação das citações de obras de Immanuel Kant refere-se à paginação das obras completas de Kant (Edição da Academia), volume: página.

Em outras palavras, esse fundamento deve ser buscado no uso que o agente faz da liberdade, isto é, em uma ação própria do agente.

Kant salientou que “toda a ação má, se se buscar a sua origem racional, deve ser considerada como se o homem tivesse imediatamente incorrido nela a partir do estado de inocência” (KANT, *RGV*, 6:41). Independentemente de seu comportamento anterior e das causas naturais ou circunstanciais que possam influenciar o agente – nele ou fora dele –, a sua ação, como agente moral, é livre, isto é, ela não está efetivamente determinada por nenhuma destas circunstâncias. Assim, sua ação pode e deve ser julgada, sempre, como um efetivo uso original do seu arbítrio. De outro modo, ele não poderia ser considerado um agente moral. No que concerne a ação má, o agente “deveria tê-la omitido, em quaisquer circunstâncias temporais e vínculos em que tenha estado; pois, por nenhuma causa no mundo pode deixar de ser um ser livremente operante” (KANT, *RGV*, 6:41). Dito de outro modo, por nenhuma causa, ele, enquanto agente moral, poderia deixar de ter a capacidade de escolher.

Mesmo que alguém, disse ele, tenha sido mau a ponto de o mau se lhe tornar habitual, como se fosse uma segunda natureza, no momento em que pode realizar uma ação livre, seu dever é ser melhor e, ainda, tornar-se sempre melhor. A permanência do dever, apresentado pela razão, mesmo em tal caso, revela o poder de fazê-lo; e a sua não realização mostra a recusa do agente, tornando-o tão suscetível de imputação como se, dotado da disposição natural para o bem (que é inseparável da liberdade), ele tivesse passado do estado de inocência para o mal naquele momento, pois como ser racional dotado de liberdade, continua submetido às leis da liberdade, ou, melhor, continua sendo capaz de agir fazendo uso da liberdade. Desse modo,

não podemos perguntar pela origem temporal deste ato, mas devemos indagar somente a sua origem racional, a fim de determinar e, se possível, explicar por ela a propensão [*Hang*], i.e., o fundamento subjetivo universal da admissão de uma transgressão na nossa máxima, se é que existe tal fundamento” (KANT, *RGV*, 6:41. Acréscimo do texto em alemão ‘[]’ meu).

O mal moral, disse Kant, não tem seu início em uma propensão subjacente para ele – embora uma tal propensão seja condição de sua possibilidade – mas na transgressão da lei moral como mandamento da razão, pois de outra forma seu início não seria fruto do uso da liberdade. Ele é, portanto, são fruto de uma ação livre da vontade. Conforme Kant, uma inclinação para o mal precisa ser entendida como um ato ou uma ação, no sentido de acolhimento de uma *máxima* má no arbítrio, sendo ao mesmo tempo o fundamento formal de todo o ato (entendido como a execução de ações no mundo) que, relativamente a matéria, é contrário à lei, e pode ser chamado vício. Kant afirmou que é nessa primeira escolha, que ele concebia como sendo o acolhimento de uma máxima má, que se encontra a origem

de todas as ações exteriores que, enquanto ela existe, derivam dela. As ações no mundo fenomênico, são os meios para a realização da escolha do agente. Essas ações não são, estritamente falando, ações livres, mas são ações impostas pela primeira escolha. Esta impõe os meios, que nada mais são do que consequências necessárias dessa escolha ou intenção. Abrir mão dos meios possíveis e conhecidos para sua realização, ou escolher meios que ele sabe que levarão ao oposto daquilo que ele quer, equivale a uma mudança de escolha ou, na linguagem de Kant, ao acolhimento de uma máxima diferente. O acolhimento da máxima no arbítrio é, como disse Kant, um ato inteligível, conhecível unicamente pela razão, enquanto que aquilo que o agente realiza de acordo com sua máxima ou sua intenção, é algo realizado no tempo.

No entendimento de Kant, o mal moral tem origem quando o homem deixa de tomar a lei moral como motivo suficiente de determinação de sua vontade – que, segundo ele, ela é “o único motivo incondicionalmente bom” (KANT, *RGV*, 6:42) – e vai em busca de outros motivos que só podem ser bons sob a condição de não causarem nenhum dano à lei. Nesse caso, se a ação for considerada como derivada da liberdade, deve-se considerar que o agente “tomou por máxima sua seguir a lei do dever não por dever, mas sempre também em vista de outros propósitos [*Absichten* (finalidades)]” (KANT, *RGV*, 6:42. Acréscimo do texto em alemão e tradução alternativa ‘[()]’ minha). Isso ocorre, disse Kant, porque o agente, ao começar a pôr em dúvida a perfeição do mandamento que exclui a influência de qualquer outro motivo, admite em sua máxima de ação o predomínio dos impulsos sensíveis sobre o motivo da lei e torna condicionada a obediência a este, isto é, um meio de satisfação do amor de si.

Segundo Kant, a origem racional da desarmonia do arbítrio, quando alguém acolhe nas suas máximas motivos que deveriam estar subordinados e os coloca em primeiro lugar, isto é, a origem racional desta inclinação para o mal, permanece inescrutável, pois é uma escolha que se faz livremente. Como essa inclinação tem de ser imputada ao agente, o fundamento supremo de todas as máximas tem de ser a adoção de uma máxima má. A este fundamento Kant denominou *máxima suprema*. Portanto, o mal moral não pode ser proveniente das limitações da natureza humana, mas precisa ser oriundo do uso que cada um faz da sua liberdade. Além disso, disse Kant, a disposição originária do homem deve ser uma disposição para o bem e sua corrupção, se ela existe, se deve ao próprio homem, ou seja, às suas escolhas, pois de outro modo não poderia ser-lhe imputada. O homem se torna mau por sua própria escolha, quando seduzido pela tentação de satisfazer, sem atentar para a lei moral, o amor de si. Contudo, mesmo nesse estado, sua disposição natural para o bem não pode ser corrompida, pois de outro modo, não restaria nenhuma esperança de “retorno ao bem de que se desviara” (KANT, *RGV*, 6:44), pois isso já não seria possível. Um retorno ao bem, uma mudança de caráter moral, depende da

adoção de uma finalidade diversa daquele que ele adotara anteriormente. Ao passar a intentar outro fim, ao adotar uma máxima diferente, todas as suas ações também mudarão. É como se ele mudasse sua natureza, pois as ações correspondentes a essa nova disposição moral, se seguirão naturalmente.

ALGUMAS CRÍTICAS À TEORIA DE KANT

A teoria de Kant, desde que foi apresentada, obteve muitos simpatizantes, mas também foi, e tem sido, alvo de diversas críticas. Conforme observou Robert B. Loudon em *Evil Everywhere: the ordinariness of Kantian radical evil* (2010)³, é muito comum a afirmação de que a explanação de Kant acerca da liberdade do homem em fazer o mal é ineficaz. Loudon observou que se trata de uma crítica muito comum à doutrina kantiana sobre o *mal radical* afirmar que ela, “em última análise, não explica nada” (LOUDON, 2011, p 108. Tradução minha).

Richard Bernstein é um dos comentadores que apresentou uma crítica desse tipo à teoria de Kant. Em *Radical Evil* (2002), Bernstein afirmou que o conceito kantiano é o mais inócuo que pode ser, pois, segundo ele, dizer que não seguimos a lei moral porque temos uma propensão inata para o mal e que nossa vontade é corrompida desde a raiz, não explica nada além do fato de que os seres humanos, mesmo tendo consciência da lei moral, algumas vezes se desviam dela, pois são livres para tal. Assim, para ele, a teoria do mal radical de Kant não tem força explicativa, nem teórica nem prática⁴. O problema, para Bernstein, está no fato de que a doutrina de Kant não explica por que os agentes adotam máximas más. Mas, como Loudon observou “a doutrina do mal radical não é uma tentativa de explicar *por que* os seres humanos escolhem ou adotam máximas más. A adoção de máximas más (ou boas) é uma escolha livre pela qual cada pessoa é responsável” (LOUDON 2011, p 109. Tradução minha). Na mesma direção, Loudon explicou, que Kant defendeu que para o ser humano se torne bom ou mau ele deve fazer ou ter feito, ele mesmo, algo que, em sentido moral, o torna bom ou mau. Enquanto agentes morais, os seres humanos são sempre seres que agem livremente. Assim, mesmo que diferentes fatores possam contribuir para uma escolha, em última instância ela é livre e, como tal, seu motivo último é inescrutável. Conforme Loudon, o que os críticos que afirmam a ineficácia da teoria kantiana, em relação à liberdade, querem

3. Cf. LOUDON, Robert B. *Evil Everywhere: The Ordinariness of Kantian Radical Evil*. In: ANDERSON-GOLD, Sharon; MUCHNIK, Pablo (Ed.). *Kant's Anatomy of Evil*. Cambridge University Press, 2010; pp 93-115. As citações do artigo de Loudon são de: LOUDON, Robert B. *Evil Everywhere: the ordinariness of Kantian radical evil*. In: LOUDON B. Robert. *Kant's Human Being: essays on his theory of human nature*. Oxford University Press. Oxford, 2011; pp 107-120.

4. Cf. BERNSTEIN Richard J. *Radical Evil: a philosophical interrogation*. Blackwell Publishers. Cambridge: 2002, pp 33ss.

é defender que cada acontecimento no universo tem um precedente, isentando, desse modo, os agentes de sua responsabilidade moral.

Robert M. Adams, na introdução à tradução para o inglês de *A Religião nos Limites da Simples Razão* feita por Allen Wood e George di Giovanni, defendeu a possibilidade de se resolver o dilema da propensão inata para o mal com a liberdade de escolha apelando para a afirmação de Kant de que se trata de algo que não ocorre no tempo, mas é um ato livre e voluntário⁵. Como vimos, ao analisar a origem do mal na natureza humana, Kant afirmou que ela pode ser considerada de dois modos distintos: como origem racional, ou como origem temporal. Quando um efeito é relacionado à uma causa a qual ele está ligado segundo leis da liberdade, como acontece no caso da característica moral de uma ação, a determinação do arbítrio que leva à sua produção é pensada como ligada ao seu princípio de determinação somente na representação da razão e, nessa perspectiva, não pode ser concebida como derivada de qualquer estado precedente. Nessa perspectiva, “demandar a origem temporal das ações livres como tais (como se fossem efeitos da natureza) é, pois, uma contradição” (KANT, RGV, 6:40). O mesmo vale para as qualidades morais: elas, enquanto contingentes, não tem uma origem temporal, isto é, não tem origem nas leis da natureza, mas em “uma faculdade suprassensível (liberdade)” (KANT, KU, 5:398)⁶. Se houvesse uma explicação para a escolha que cada agente moral faz, ela seria remetida a uma causa natural, mas enquanto ação livre, o que se pode dizer acerca dela é que cada um escolhe agir em uma direção ou em outra.

Apesar da *celeuma* em torno desse ponto da teoria de Kant, ela, conforme acima foi exposto, somente afirma que o mal tem de ser algo sempre possível ao homem, enquanto agente livre. Kant deixou claro, em várias de suas obras de filosofia moral, que um homem ser, moralmente, mau, ou bom, depende de algo que ele tenha feito, depende de uma ação sua. Quando Kant propõe que o mal precisa ser concebido como algo arraigado na natureza humana, ele diz o mesmo acerca do bem; mas, ele sempre deixou claro que a moralidade tem a ver com a liberdade, não com a natureza. Portanto, a ideia do mal radical na natureza humana se refere, sobretudo, a possibilidade deste. Essa possibilidade não pode deixar de existir, tanto para o homem quanto para qualquer agente moral, pois sem ela, ninguém poderia ter liberdade de escolha, ninguém seria um agente moral.

5. Cf. ADAMS, Robert M. *Introduction*. In: KANT, IMMANUEL. *Religion within the Boundaries of Mere Reason*. Trans. by Allen Wood and George di Giovanni. Cambridge University Press. Cambridge: 1998; p XIII.

6. *KU: Crítica da Faculdade do Juízo*. As citações dessa obra de Immanuel Kant são de: KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. 3 ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2012.

A BUSCA DA SATISFAÇÃO DO AMOR DE SI COMO ORIGEM DE TODO O MAL

A afirmação de Kant de que a origem do mal se encontra na busca da satisfação do amor de si como princípio de todas as máximas, também é alvo de diferentes críticas. Entre os que defendem que existem outros motivos que levam as pessoas a fazerem o mal que não podem ser reduzido ao amor de si, estão o próprio Bernstein, acima citado⁷, e Hannah Arendt, que em *The Origins of Totalitarianism* (1951) censurou a teoria de Kant e defendeu que o mal existe por diferentes motivos, como por exemplo, ganância, avareza, ressentimento, desejo de poder e cobardia. Assim, a busca de satisfação do amor de si não explicaria a totalidade do mal⁸. Bernstein, ao afirmar que existem motivos para o mal, que algumas pessoas adotam, que não podem ser reduzido ao amor de si, citou como exemplo, fanáticos e terroristas que, segundo ele, sacrificam a si mesmos por causa de seus grupos e afirmou também que o horror produzido no século XX revelou uma variedade de incentivos que motivam ações más.

Contudo, como observou Loudon (2011), Kant não explicou o que dirige as pessoas para o mal por considerar tal fundamento das ações inescrutável, pois é uma escolha livre. Para Loudon, o que algumas pessoas querem de uma teoria do mal é que ela explique por que as pessoas cometem atos de maldade, porém, “tudo o que podemos dizer com precisão e segurança é que qualquer pessoa quando comete o mal viola intencionalmente as normas morais – elas tem ‘consciência da lei moral’ mas se desviam intencionalmente dela” (LOUDON, 2011, p. 110. Grifo “do autor. Tradução minha). Conforme ele, o *amor de si*, em Kant, não é aquilo que normalmente é entendido como egoísmo (*selfishness*), mas é, antes, “uma tendência motivacional ampla que comporta grande variedade de desejos e inclinações, muitos dos quais são usados para promover propósitos não egoístas” (LOUDON, 2011, p. 111. Tradução minha). Nesse sentido, Loudon argumentou que o amor de si também refere-se ao bem do ser em geral, menos nos momentos em que ele entra em conflito com a felicidade própria. Assim, as inclinações são boas quando elas podem fundar moralmente os fins permitidos, isto é, quando os fins são limitados pela moralidade. Porém, quando um agente moral adota o amor de si como princípio de suas máximas ele faz da lei moral um princípio subordinado, não permitindo restrições morais para suas ações. De acordo com Loudon, para Kant, o maior problema do amor de si é que ele não reconhece a supremacia da lei moral e os agentes morais são livres para

7. Cf. BERNSTEIN Richard J. *Radical Evil: a philosophical interrogation*. Blackwell Publishers. Cambridge: 2002, pp 207-208.

8. Cf. ARENDT, H. *The Origins of Totalitarianism: new edition with added Prefaces*. Harcourt. San Diego: 1994; pp VIII-IX; 459.

subordinar a lei moral às inclinações do amor de si. Além disso, disse ele, as pessoas normalmente encontram ou buscam algum tipo de satisfação naquilo que fazem. Segundo Louden, não podemos conhecer os reais motivos das pessoas, isto é, não é possível saber se eles realmente fazem o que fazem pelo motivo que alegam, ou por aquilo que parece ser o que as motiva. Alguns são, disse ele, visivelmente egoístas e, mesmo se imaginarmos que alguns podem não ser, suas ações, com certeza, não são derivadas do *imperativo categórico*.

Conforme a teoria de Kant, as pessoas que fazem do amor de si a condição para obedecer a lei moral são más; no entanto, elas também fazem o que é requerido pela lei moral desde que isso não entre em conflito com o amor de si. Louden, observou que isso é diferente de dizer ‘farei o que eu desejo desde que isso não entre em conflito com a lei moral’. Para ele a “descrição do mal radical é, primeiramente, uma teoria sobre *o que* o mal é (e como nós devemos reagir a ele), não uma teoria sobre *por que* as pessoas fazem o mal” (LOUDEN, 2011, p 112. *Grifos* do autor. Tradução minha). Além disso, como não conhecemos o verdadeiro caráter de muitas ações humanas, Louden advertiu que não devemos falar, temerariamente, sobre os motivos que levam as pessoas a cometerem o mal.

Um ponto importante, a partir do qual se pode entender a teoria de Kant, é que ele defendeu que todo homem age baseados em máximas de ação. Essas máximas, disse ele, têm uma *forma* e uma *matéria*. Conforme ele, o amor de si não é, propriamente a origem do mal, antes essa origem está na forma das máximas. Sobre a forma que as máximas podem ter, ele apresentou a seguinte explicação:

o homem (inclusive o pior), seja em que máximas for, não renuncia à lei moral, moral impõe-se-lhe irresistivelmente por força da sua disposição moral; e, se nenhum outro móbil atuasse em sentido contrário, ele admiti-la-ia na sua máxima suprema como motivo determinante suficiente do arbítrio, i.e., seria moralmente bom. Ocorre que o homem depende também, em virtude da sua disposição natural igualmente inocente, de móveis da sensibilidade e acolhe-os outrossim na sua máxima (de acordo com o princípio subjetivo do amor de si). Se, porém, admitisse tais móveis na sua máxima como suficientes por si sós para a determinação do arbítrio, sem se virar para a lei moral (que, no entanto, em si tem), então seria moralmente mau (KANT, RGV, 6:36).

De acordo com essa explicação, o homem acolhe de modo natural na sua máxima tanto a lei moral quanto os móveis da sensibilidade e cada um desses motivos, se fosse único, seria suficiente para a determinação de sua vontade, o que possibilitaria que ele fosse, ao mesmo tempo, moralmente bom e moralmente mau; mas isso, como reconheceu Kant, é contraditório. Segundo ele, isso só seria possível se a diferença entre as máximas se encontrasse simplesmente na diferença dos motivos ou seja, na matéria das máximas e não tivesse nada a ver com a sua forma. Mas, a diferença entre o homem bom e o homem mau, para Kant, não se encontra na

matéria de suas máximas, isto é, na diferença de motivos que cada um deles acolhe em sua máxima, mas na forma da máxima, isto é, na subordinação dos motivos. Dito de outro modo, toda a diferença se encontra em qual desses dois motivos o homem escolhe como condição do outro ou qual deles ele escolhe como fim e que, como tal, subordina o outro como simples meio. Nessa ótica, todo homem tem, sempre, diferentes motivos capazes de determinar suas máximas e um homem só se torna mau quando ele inverte a ordem moral dos motivos ao acatá-los. Quando faz isso, ele

acolhe decerto nelas [em suas máximas] a lei moral juntamente com a do amor de si; porém, em virtude de perceber que uma não pode subsistir ao lado da outra, mas uma deve estar subordinada à outra como à sua condição suprema, o homem faz dos móveis do amor de si e das inclinações deste a condição do seguimento da lei moral, quando, pelo contrário, é a última que, enquanto condição suprema da satisfação do primeiro, se deveria admitir como motivo único na máxima universal do arbítrio (KANT, *RGV*, 6:36. Acréscimo '[I]' meu).

Sobre a matéria das máximas, “quando o autor [Kant] diz que as máximas precisam ter também uma *matéria* ele está se referindo a um fim, uma finalidade ou um objetivo” (ALMEIDA, 2009, p 28. *Grifo* do autor. Acréscimo '[I]' meu). De qualquer modo, ou qualquer que seja a subordinação dos motivos, há um ato, uma escolha realizada pelo agente, que o leva a agir dessa ou daquela forma, que o leva a subordinar um ou outro motivo em sua máxima. Na finalidade está implicada a escolha dos meios para alcançá-la bem como a rejeição do fim oposto juntamente com os meios que levariam a esse fim. O fato de o homem não poder suprimir nem a lei moral nem o amor de si, significa que ele vai agir conforme qualquer deles desde que não haja contradição entre ambos. Assim, por exemplo, o homem que obedece a lei moral, agirá para satisfazer o amor de si somente quando essas ações servirem de meio para a obediência à lei moral como fim último – e isso pode ocorrer frequentemente, raramente ou nunca – e jamais quando para sua satisfação tiver de rejeitar a lei moral. De modo semelhante, quando o homem age buscando a satisfação própria, ele obedecerá a lei moral sempre que esta não entre em conflito com a sua finalidade, pois ela continuará sendo um motivo agindo sobre a sua vontade e o motivo que ele adotou – o desejo de satisfação do amor de si – não o impedirá de acatá-la nesses casos. Também por isso a experiência parece indicar a existência de um meio termo nas ações morais. Se nos basearmos unicamente na experiência, podemos pensar que um agente moral pode ser em parte bom e parte mau. Contudo, para Kant, há uma unidade na ação moral, ou seja, todas as ações são determinadas pela forma ou pelo modo de subordinação das máximas: ou o agente busca a satisfação do amor de si, ou ele busca a obediência à lei moral. Assim,

toda a ação é realizado “por dever ou por intenção egoísta” (KANT, GMS, 4:397)⁹. O conceito kantiano de *ser diabólico* ajuda a entender o que o que significa a busca da satisfação do amor de si de modo egoísta.

A IDEIA DE UM SER DIABÓLICO

Kant entendia que a possibilidade do mal moral depende da razão, pois se ela perdesse sua capacidade de legislar moralmente, a autoridade da lei moral estaria aniquilada junto com ela e nenhuma obrigação moral poderia ser atribuída ao homem. Sem uma regra ou uma lei para as ações livres apresentadas pela razão ou se a razão fosse maligna, isto é, se ela prescrevesse o mal em vez do bem como fim a ser buscado, a vontade humana poderia ser concebida como uma vontade absolutamente má, que tomaria a oposição à lei como motivo de ação ou de escolha. O portador de uma vontade assim, isto é, um ser que buscasse o mal pelo mal, seria um *ser diabólico*; mas esse, como bem observou Kant, não pode ser um atributo do homem enquanto agente moral. Para Kant, tal conceito – o conceito de um ser que faz o mal pelo mal – não é aplicável ao ser humano.

Esse ponto da teoria de Kant também já foi criticado por diferentes autores. John Silber, por exemplo, em *The Ethical Significance of Kant's Religion* (1960), considerou uma ilusão pensar que os agentes não rejeitam a lei moral simplesmente por malvadeza. Sobre a afirmação de Kant que o homem não deseja o mal pelo mal e que o mal consiste meramente em ignorar a lei moral ou subordiná-la às inclinações naturais e que, fazendo isso, a pessoa abandona a sua liberdade, Silber objetou que a ética kantiana é inadequada para explicar, por exemplo, acontecimentos como os ocorridos durante a Segunda Guerra, justamente por que nega a possibilidade do homem rejeitar a lei moral deliberadamente¹⁰.

Na mesma linha de Silber, Bernstein, já citado, afirmou que a análise de Kant sobre o mal é desapontadora¹¹, e Claudia Card em *Atrocity Paradigm: a theory of evil* (2002), defendeu que o *mal diabólico* no ser humano é real. Mas, essas críticas podem ser rebatidas, como observou Loudon (2011), apenas compreendendo melhor o conceito de *mal radical* na teoria de Kant. Kant disse que poder-se-ia pensar em três diferentes graus da propensão humana para o mal: primeiro, a fragilidade, quando o agente, mesmo pretendendo agir de acordo com a lei moral, não resiste e acaba cedendo a motivos imorais; segundo, a impureza, quando os motivos estão

9. GMS: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. As citações dessa obra de Immanuel Kant, são de: KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Ed. bilingue. Trad. Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009.

10. Cf. SILBER, John. *The ethical significance of Kant's religion*. In: *Religion within the Limits of Reason Alone*. Trans. T. M. Greene e H. H. Hudson. Harper e Brothers. New York: 1960; pp LXXIX-CXXXIV.

11. Cf. BERNSTEIN Richard J. *Radical Evil: a philosophical interrogation*. Blackwell Publishers. Cambridge: 2002, p 40.

misturados, isto é, quando a lei moral não é motivo suficiente para determinar a ação e o agente acrescenta outros motivos para agir como deveria; terceiro, a malvadeza ou perversidade do coração humano (o mais severo grau), quando a atitude mental do agente é corrompida pela raiz, isto é, quando alguém quer fazer o mal pelo mal, agindo, assim, como um ser diabólico.

Louden tentou defender esse ponto da teoria de Kant, mas ele também parece não ter entendido bem o que Kant quis dizer. Louden defendeu que existem pessoas no terceiro nível, pessoas que abertamente, diretamente, regularmente, e intencionalmente rejeitam a lei moral. Contudo, disse ele, apesar dessas pessoas serem malvadas e corruptas, o conceito kantiano de *ser diabólico* não se aplica a elas. Isso porque, Louden entende que para Kant, o ser diabólico – um ser que tem uma vontade absolutamente má – seria um ser puramente animal e não um ser humano. Esse ser seria um ser carente de personalidade moral, ou seja, um ser que não faz escolhas livremente, logo, não poderia ser-lhe imputada nenhuma responsabilidade moral. O ser humano, no entanto, disse Louden, sempre possui esses atributos. Segundo ele,

nós devemos resistir a tentação de estetizar o mal. Essa é uma razão pela qual Kant rejeitou a estratégia de atribuir motivos diabólicos ou demoníacos aos seres humanos que cometem o mal. [...] Mesmo os mais malvados e depravados indivíduos ainda são racionais e entendem a lei e a moralidade, e porque eles possuem esse entendimento, eles podem/devem ser responsabilizados pelo desvio da lei e da moralidade” (LOUDEN, 2011, p 115. Tradução minha).

De acordo com esse entendimento, nenhum ser humano saudável tem o *status* de um ser diabólico, pois este seria alguém que ignora o dever e a responsabilidade moral.

Henry Allison, também entendia o conceito Kantiano de ser diabólico de modo similar à Louden. Em *Reflections on the Banality of (Radical) Evil: a Kantian analysis* (1996) ele disse que “a negação kantiana da vontade diabólica não é uma parte duvidosa da psicologia moral empírica, mas uma exposição *a priori* das condições da possibilidade da responsabilidade moral” (ALLISON 1996 p 176. Tradução minha). Assim, a vontade absolutamente má, é entendida como uma vontade incapaz de escolher livremente. Mas, o que Kant disse é que a vontade diabólica seria uma vontade que quer o mal pelo mal, isto é, que intenta o mal, que escolhe o mal como fim para suas ações e, por isso ela não pode ser um atributo de nenhum agente moral.

Sobre essa questão, Kant esclareceu que o mal moral não pode ter seu princípio ou fundamento numa corrupção da razão de modo que ela tenha perdido sua capacidade de legislar moralmente, pois se assim fosse, a autoridade

da lei moral estaria aniquilada junto com a razão e nenhuma obrigação poderia ser derivada dela. É por isso que, por exemplo, “a inseparabilidade da razão e da liberdade é defendida em quase todas as páginas de CRPr [*Crítica da Razão Prática*]” (CAYGILL, 2000, p 273. Acréscimo ‘[]’ meu). Além disso, Kant também entendia que a liberdade, visto que as ações nela baseadas pressupõe a não determinação segundo leis naturais, pressupõe o uso da razão. Por outro lado, “já que sem qualquer motivo impulsor se não pode determinar o arbítrio” (KANT, *RGV*, 6:35), se a razão não apresentasse, uma regra de ação ou uma lei para as ações livres, se ela fosse de certa forma maligna, isto é, uma vontade absolutamente má, elevaria ao grau de móbil ou motivo a oposição à própria lei, o que faria do sujeito um ser diabólico, mas isso, disse ele, não pode ser aplicado ao homem, enquanto agente moral. Todo agente moral precisa possuir as faculdades da agência moral, isto é, os poderes que o possibilitam agir livremente. Além disso, a ação moral, conforme Kant, possui uma unidade em uma *máxima suprema* dos agentes, máxima esta que, de acordo com Kant, subordina todas as demais máximas e determina todas as demais ações da vontade. Como disse Pinheiro, uma

propriedade a partir da qual Kant define a intenção é a de ‘ser única’. Ela é ‘única’ porque o seu caráter é invariável, quer dizer, é sempre a mesma intenção que está subjacente as ações. Dado que ela inicialmente é definida como o primeiro fundamento da adoção de máximas, e, depois acrescenta-se que ela é única, segue-se que todas as máximas adotadas por esse primeiro fundamento forçosamente derivam de um mesmo princípio, seja ele bom ou mau. Ademais não existe uma intenção para todas as ações, mas ela é sempre única para todas as ações na medida em que é um primeiro fundamento da adoção de máximas (PINHEIRO, 2005, p 372. Grifos “ ” do autor).

A unidade da ação moral se caracteriza pela forma ou pelo modo de subordinação das máximas, ou seja, se caracteriza por uma intenção, pela escolha de um fim que o agente faz: ou ele escolhe cumprir a lei moral, ou ele escolhe satisfazer o amor de si. Como o amor de si é constitutivo do ser humano e a lei moral é uma regra de ação presente na razão, o homem não consegue abandonar nenhum dos dois princípios de determinação da vontade. Assim, ele precisa subordinar um ao outro. Quando ele subordina o desejo de satisfazer o amor de si à lei moral, ele se torna um homem bom; mas quando ele subordina a lei moral ao desejo de satisfação do amor de si, ele se torna um homem mau. Dito de outro modo, quando ele busca, antes de tudo, o seu próprio bem, quando ele faz do seu próprio bem a condição de obediência à lei moral, ele se torna um homem mau, um homem que, moralmente, age errado. Conforme já foi dito, a escolha de uma finalidade implica a escolha dos meios para alcançá-la bem como a rejeição da finalidade oposta, juntamente com os meios que levariam a esse fim. O mal em si mesmo, não apresenta nenhum interesse para um ser racional, ou seja, o mal, por não ter nenhum valor intrínseco, não pode

ser escolhido como um fim, mas somente como meio para algo que tenha valor em si mesmo. Assim, o mal, por si mesmo, não é capaz de determinar a vontade, ele não é um motivo capaz de mover a vontade em sua direção. Uma vontade má em si mesma – a vontade de um ser diabólico – seria “uma disposição de ânimo (princípio subjetivo das máximas) de admitir como móbil o mal enquanto mal na própria máxima” (KANT, *RGV*, 6:37). Mas, sempre que alguém faz o mal, o que ele tem em vista é algum bem que a realização do mal lhe trará. É por isso que Kant disse que o homem não pode agir como um ser diabólico, pois ele não pode querer o mal pelo mal. Sempre que ele faz o mal, ele o faz porque quer, de forma errada, o seu próprio bem; sempre que alguém faz o mal, ele revela que estima o seu próprio bem acima do bem dos outros, e o considera mais importante do que o bem de todo o universo. Aqui cabe lembrar que o erro não está em buscar o próprio bem, o erro não está na busca da satisfação do amor de si, mas no modo, na forma, como isso é feito. Kant concebia que os agentes morais não apenas podem, mas devem buscar o seu próprio bem – eles tem a obrigação moral de buscar a própria felicidade¹² – mas devem não tê-lo como absolutamente importante. Assim, mal ou a desobediência a lei moral é sempre um meio para a autossatisfação, nunca um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Robert M. *Introduction*. In: KANT, Immanuel. *Religion within the Boundaries of Mere Reason*. Trans. by Allen Wood and George di Giovanni. Cambridge University Press. Cambridge, 1998.

ALLISON, H. *Reflections on the banality of (Radical) Evil: a Kantian analysis*. In: *Idealism and Freedom*. Cambridge University Press. Cambridge: 1996 pp169-182.

ALMEIDA, J. *O Conceito de Máxima e suas Implicações para a Filosofia Moral de Immanuel Kant*. UFSC. Florianópolis, 2009. Disponível em 27/12/2016 em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93228/273116.pdf?sequence=1>>

ARENDT, H. *The Origins of Totalitarianism: new edition with added Prefaces*. Harcourt. San Diego: 1994; pp VIII-IX; 459 [1951].

BERNSTEIN Richard J.. *Radical Evil: a philosophical interrogation*. Blackwell Publishers. Cambridge, 2002.

CARD, Claudia. *The Atrocity Paradigm: A Theory of Evil*. Oxford University Press. Oxford, 2002.

12 Cf. KANT, *GMS*, 4:399.

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Jorge Zahar Ed.. Rio de Janeiro, 2000.

KANT, Immanuel. *Kants Werke. Akademie Textausgabe*. Walter de Gruyter & Co. Berlin, 1968.

KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. 3 ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2012.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Ed. bilíngue. Trad. Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009.

KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Trad. Artur Mourão. Lisboa, 1995.

LOUDEN B. Robert. *Evil Everywhere: the ordinariness of Kantian radical evil*. In: LOUDEN B. Robert. *Kant's Human Being: essays on his theory of human nature*. Oxford University Press. Oxford, 2011, pp 107-120 [2010].

PINHEIRO L. M. O Conceito Kantiano de Intenção (*Gesinnung*) em 'Sobre o Mal Radical na Natureza Humana'. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*. V. 61, n. 3-4, Portugal, 2005; pp. 1019-1026.

SILBER, John. *The ethical significance of Kant's religion*. In: *Religion within the Limits of Reason Alone*. Trans. T. M. Greene e H. H. Hudson. Harper e Brothers. New York, 1960.